

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

### DIRETORIA LEGISLATIVA

#### Sessão Ordinária do dia 6 de julho de 2022 - Ata n.º 65.

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às nove horas, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.<sup>s</sup> Deputados **Mabel Canto** (na função de 1.<sup>a</sup> Secretária) e **Gilson de Souza** (2.<sup>o</sup> Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **65.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da 4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 19.<sup>a</sup> Legislatura**.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Solicito ao Sr. 2.<sup>o</sup> Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

**SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL):** Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 64, de 5 de julho de 2022.) Era isso que continha a Ata, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.<sup>s</sup> Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.) Não há expediente a ser lido. Vamos ao Pequeno Expediente, Deputado Coronel Lee.

**PEQUENO EXPEDIENTE:** Usaram da palavra os Sr.<sup>os</sup> Deputados: Cel. Lee e Arilson Chiorato.

**DEPUTADO CORONEL LEE (PDC):** Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Sr.<sup>s</sup> Deputados. Não ia me pronunciar hoje, Presidente, devia ter me pronunciado ontem de um assunto que, bom, todo mundo já sabe: a decisão do grande TRE, do dia 4, mas vamos falar sobre educação, sobre ética, sobre segredo de Justiça. Tudo que não existe. Engraçado, então, são os primeiros que deviam guardar tudo isso, mas... O grande segredo de Justiça veio à tona o que dá margem ao quê? Ao inferno inteiro, não é, pastor? O inferno inteiro se levantar, os demônios inteiros aí do inferno se levantaram, falando: *Ah, agora o Ratinho Junior, os seus amigos estão caindo, os seus aliados, agora é por fraude eleitoral.* Quer dizer, falam um monte de imbecilidades, não é mesmo, não sabem o que está acontecendo. Não é que não sabem, eles querem distorcer, querem nos colocar em um balaio que não temos nada a ver. Por que não tem nada a ver? O que nós, Deputados, e o que os que nem foram eleitos, Presidente, nem foram eleitos, que pertenciam ao PTC, ao PSL etc., lá, que foram candidatos até eles estão *sub judice* respondendo a processo. O que eles têm a ver com isso se tínhamos a gerência: se tinha muita mulher, se tinha pouca mulher, se tinha mulher *fake*! O que tínhamos a ver? Presidente, eu, Coronel Lee, nem filiado era a Partido por força de lei. Venci nas urnas, o 14.º mais votado nesta Casa de Leis, e nem filiado era. Filiei-me 75 dias depois de vencer nas urnas. Qual a gerência que temos? Mas o que acontece: meia-dúzia de diabos se levantam do inferno e vêm falar imbecilidade. Agora vamos falar sobre perseguição política, será que estou delirando? É ou não é um delírio isso? Agora, adianta tudo isso que falamos, senhores, que é pouca coisa, isso aí resumo em quatro linhas se for descrever. Colocamos no papel, alguém do Poder Judiciário leu, só que viu, só que viu que nenhum de nós tinha a gerência e o pessoal, estou repetindo: que nem eleito foi e está nesse buraco junto, gastando dinheiro com advogado todos esses anos. Isso é certo? Ou quem deveria falar assim: *Pessoal, o Juiz, 'grande' Judiciário, eu era o presidente e era da diretoria,* sei lá alguma coisa, e mate no peito! Seja homem. Mas, não, eles querem *colocar todo mundo no bolo* exatamente para quê? Para embolar o processo. Agora o que adianta falarmos todos aqui e ficar falando todo esse tempo aqui, senhores, se o negócio é político, não é, se tem um viés, uma conotação, tem uma ideologia ali.

Não é isso? Agora, querem me atrelar à fraude, querem dizer que sou aliado, sou puxa-saco do Governador Ratinho, mas se esquecem do Bolsonaro. Quem é, qual o segredo que sou Deputado bolsonarista, desde antes, muito antes de estarmos nesta Casa de Leis? Aí não atrelam. Então, vemos realmente o viés político, o viés da ideologia que está querendo implantar uma situação ridícula dessa. Então, Presidente, não vamos nos alongar querendo colocar, juridicamente, ou outros argumentos para o Poder Judiciário. É ideológico não é, a situação é ideológica, mas vamos lá! É o que vamos falar sobre mentira e sobre essas *fakes*. Então, as pessoas que estão fazendo *fakes* sejam homens e apareçam na nossa frente como estamos aparecendo. Obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Deputado Arilson.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Presidente Traiano, muito bom dia. Cumprimentando V.Ex.<sup>a</sup>, cumprimento todos e todas aqui. Venho aqui hoje, a esta tribuna, trazer um tema institucional desta Casa, Presidente. Recebemos, ontem, alguns decretos do Governo do Estado do Paraná que vêm para nossa Assembleia para serem analisados, validados. A Mensagem do Governador, a Mensagem 54/2022, datada do dia 5 de julho, trata de decretos que fazem ampliação de renúncia fiscal, Deputada Mabel. E, Sr. Presidente, no penúltimo parágrafo da Mensagem tem o seguinte informe: “Os decretos do Poder Executivo mencionados se constituem como instrumento jurídico adequado para dispor sobre tais benefícios, desde que devidamente homologados pelo Poder Legislativo, com a expedição do Decreto Legislativo. Ressalta-se que não havendo deliberação da Assembleia, no prazo de 10 dias, importará em ratificação dos convênios de forma tácita, de acordo com o Parágrafo Único, do art. 4, da Lei 20.374/2020.” Ou seja, se a Assembleia não validar, o Decreto por si só está validado. Mandaram de forma urgente. Os decretos não têm estudo de impacto financeiro, ampliam a renúncia fiscal no Estado, que já é de 17 bilhões, e descumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não estou entrando no mérito dos decretos. O Decreto n.º 11.571 trata de isenção para alguns medicamentos que

estão aqui mencionados. O Decreto n.º 11.572, redução da base de cálculo em 90% sobre o alho exportado do Paraná. O Decreto n.º 11.573, trata também de isenção de medicamento. O Decreto n.º 11.574, outro tipo de isenção de medicamento, e aí vai, vários Decretos, de outras atividades, mas não tem, Deputado Fruet, um estudo se é estratégico para o Estado do Paraná implementar isso. Não tem o valor que será diminuído na arrecadação do Paraná ou da onde será compensada essa arrecadação, simplesmente sem justificativa. Aqui estamos cobrando do Governo do Estado para apresentar a renúncia fiscal dos 17 bilhões. O Secretário da Fazenda não responde. Aí vêm os decretos que ampliam essa isenção e esse benefício sem justificativa, como se fosse aqui a *casa da mãe Joana*, sem ter discussão técnica sobre esse processo. É uma vergonha para o Estado do Paraná ou para esta Casa de Leis não receber essas informações. Como vamos validar esses decretos sem saber o quanto isso vai beneficiar estrategicamente a economia do Paraná, quantos empregos serão gerados, se sequer serão gerados? Não tem justificativa alguma. Tem dois parágrafos de justificativa, escrito de forma malfeita, inclusive, que não consegue apresentar números. Acho que falta um pouco de respeito. Então, quero pedir, Presidente, que façamos um debate específico, o senhor marque uma Audiência Pública para discutirmos esses decretos aqui apresentados pelo Governo do Estado. Não sou contra isenção fiscal ou benefício fiscal, já falei isso aqui. Acho que muitas dessas isenções e benefícios podem melhorar a vida do povo paranaense, mas, do jeito que está aqui, não conseguimos saber o porquê disso e pode fazer com que se beneficiem aqueles que já são beneficiados. E que para recompor o caixa do Estado, tenhamos, Deputado Maurício, que cobrar do mais pobre, tenhamos que esfolar quem já é esfolado pela vida social que tem hoje frente às dificuldades. A Assembleia precisa tomar uma postura. Não podemos admitir uma coisa malfeita dessas. Isso aqui, no segundo grau, não faz. É uma falta de respeito não virem os cumprimentos legais para esta Casa. A Lei de Responsabilidade Fiscal é clara: relatório de impacto orçamentário financeiro. Mais ainda: benefício fiscal. Quem serão os beneficiados? Qual o setor econômico estratégico? Quantos empregos... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputado Arilson, por favor, para concluir.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Quantos empregos serão gerados? Quem são os beneficiários? A Lei n.º 20.374/2020, no seu art. 4.º: “Não havendo deliberação da Assembleia, em 10 dias será ratificado o convênio.” Ou seja, se está protocolizado aqui com data de ontem, na próxima semana, caso não discutido aqui, será ratificado. E sem as informações, Deputada. Você acha que isso é justo para o povo paranaense? Não é justo para nós que estamos aqui hoje, para o povo que está nos ouvindo, o Governo não ter a capacidade de mandar o básico e o obrigatório. Como é que vamos votar isso? De que jeito? Não estou discutindo mérito. De repente, esses medicamentos são importantes para o Estado, mas não tem o rito legal feito. Então, o Governo... Tem que voltar lá. A Casa tem que devolver para o Governo e falar assim: *Faça a lição de casa. Mande os documentos.*

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Passamos ao horário do Grande Expediente. Declino da minha inscrição. Com a palavra, o Deputado Professor Lemos. Também declina. Passamos ao horário das Lideranças. Com a palavra, Deputado Soldado Fruet.

**HORÁRIO DAS LIDERANÇAS:** Usaram da palavra os Sr.<sup>s</sup> Deputados: Soldado Fruet (PROS); Homero Marchese (REP); e Requião Filho (Oposição).

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Senhor Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Deputados, todos que acompanham esta Sessão, bom dia! Ontem, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr. Presidente, após a minha fala sobre a paralisação dos policiais civis, o Líder do Governo, sem citar claro o meu nome, falou em histeria de Deputado. A carapuça serviu! Com todo o respeito, Deputado Marcel, histérico está o Governo, correndo e tentando a todo custo minimizar os erros que cometeu nos três anos de administração. Histérico está o Governador, desesperado para garantir a reeleição. Parece que, após três anos, ele acordou e lembrou que foi eleito para trabalhar ou, talvez, lembrou apenas que a eleição está aí e ele não

quer perder o poder, a mamata. Quando V.Ex.<sup>a</sup> fala em histeria, Deputado Marcel, o senhor se refere e ofende não somente a mim, que estou até acostumado em ser criticado pela Liderança, mas uma Liderança que, em três anos, jamais conseguiu me desmentir, pois tudo que afirmo aqui são verdades comprovadas por fatos ou documentos. Quando V.Ex.<sup>a</sup> fala em histeria, dirige-se aos nossos também irmãos policiais civis, que não estão histéricos, mas desesperados pela falta de condições de trabalho, pelas jornadas extenuantes e pela falta de reconhecimento do Governo para com eles. Aliás, o nobre Líder até citou aqui a *Lei Mansueto* para justificar a não contratação de pessoal. Pois bem, caro Líder do Governo, primeiramente, a *Lei Mansueto* veio em final de maio de 2020, ou seja, um ano e meio após o início do Governo Ratinho Junior. Ademais, caro Líder Marcel, o art. 8.º da referida Lei prevê a possibilidade de contratação de pessoal para reposição decorrente de vacância de cargos efetivos. Não é e nem preciso aqui lembrar V.Ex.<sup>a</sup> que na PM existem quase 9 mil cargos efetivos vagos e na civil outros milhares. Então, a *Lei Mansueto* não pode ser aplicada como desculpa para incompetência do Governo. Ainda, caro Líder, V.Ex.<sup>a</sup>, às vezes, talvez, claro, com todo o respeito, sem querer, tenta menosprezar alguns Parlamentares. Antes de sugerir que esses Parlamentares estudem mais ou pesquisem mais, V.Ex.<sup>a</sup> deveria, sim, fazer o mesmo. Se o fizesse, saberia que a *Lei Mansueto* permitiria a contratação de servidores e mais, inclusive, permitiria que o Governo pagasse o reajuste que parcelou e caloteou, pois a lei do parcelamento era anterior à citada *Lei Mansueto*. Muitas desculpas, pouca ação, assim age o Governo Ratinho Junior. Aos policiais civis do Paraná reitero os meus parabéns pela luta e pelos seus direitos, mas aproveitando que o Governo está sempre atento ao meu pronunciamento, vou retornar todos os assuntos que este Governo já deveria ter tomado providências. Primeiro é a tarifa mínima de água. É uma vergonha. Implantada pela Sanepar, que prega a economia no consumo, mas não prestigia quem economiza. Ontem, recebi de um conhecido meu, um extrato de sua fatura nos últimos 11 meses, ou seja, as últimas 11 faturas. Estão aqui. Estão em minhas mãos aqui. Se alguém puder focar aqui. Está aqui a fatura do meu colega. No período desses 11 meses, ele consumiu 34 metros cúbicos, mas pagou 56 metros

cúbicos. É justo ele pagar 64% a mais do que ele consumiu? É correto economizar e não ser reconhecido pela economia? É claro que não. Já apresentei requerimentos à Sanepar, que nos respondeu jogando a responsabilidade para a Agepar. Na mesma ocasião, requeri informação da Agepar, que falou que a decisão depende tão somente da Sanepar. E aí nesse jogo de empurra, empurra e mentiras. Sim, mentiras, porque o Presidente da Sanepar declarou na Câmara dos Vereadores de Curitiba, há quase dois anos, que a tarifa mínima seria extinta. Nesse jogo de mentiras e empurra, empurra, quem *paga o pato*, melhor, a água, é o povo paranaense, mas sabemos que não existe intenção do Governo em acabar com isso, afinal, essa tarifa mínima aí ajuda a Sanepar a ter mais de R\$ 1 bilhão de lucro anual, dinheiro que vai para os bilionários acionistas da empresa. Esse é mais um fato que comprova que este Governo trabalha para meia dúzia de bilionários e não para o povo paranaense. Já o segundo assunto, também importante, refiro-me aqui às empresas controladas pelo Governo. A Copel, empresa que é o sonho de consumo de seus diretores e acionistas. Recentemente, nossa denúncia forçou o Governo a acabar com bônus pagos na surdina aos diretores anualmente, R\$ 4 milhões; também a nossa denúncia levantou a tentativa de aumentar a remuneração dos conselheiros da empresa em quase 50%, conselheiros, em sua imensa maioria, indicados pelo Governador. Acabamos com a festinha de 10 ou 12 aliados do Governador que ocupam esses cargos de diretores e conselheiros, pessoas que trabalham apenas para si mesmas ou para os acionistas, pessoas que em sua maioria não estão nem um pouco preocupados com a conta de luz paga pelos paranaenses. Claro, ganhando milhões, por que os diretores se preocupariam com o povo? A última do Conselho de Administração foi aprovar o nome do diretor da Copel Holding, logo o diretor responsável pelos novos bilionários negócios da Copel, como Conselheiro de Administração de uma subsidiária integral da empresa. Isso, além de imoral, é antiético, mas, por que isso? Um salário de R\$ 57 mil por mês não está suficiente? O diretor precisou ser nomeado no conselho para *ter uma boquinha* a mais para complementar o seu salário, que equivale a 50 salários de trabalhadores? Esse tipo de ação, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup>, representa uma só palavra neste Governo do Paraná:

vergonha. Finalizando, mas ainda falando em conselho de administração, nesta aqui o Governo se superou, Sr. Presidente. O Governador mantém nomeado em uma empresa pública um conselheiro de administração que atualmente reside lá nos Estados Unidos. Aliado de primeira hora do Governador, ocupou um cargo de alto escalão no Palácio Iguaçu e repentinamente, de repente, quase que na mesma época em que apresentamos desta tribuna uma denúncia envolvendo o órgão que ele comandava, esse cidadão deixou o cargo do Governo, mas ninguém sabe por que o Governo manteve ele nessa *boquinha* de Conselheiro de Administração – morando a milhares de quilômetros daqui, ele continua apitando na alta administração dessa empresa pública. E vamos deixar claro, se ele fosse um grande *expert* na área, dono de um conhecimento ímpar sobre o negócio da empresa ou algo parecido, até que se entenderia a participação dele usando as tecnologias que possuímos hoje, participando aí, contribuindo com a empresa a distância por videoconferência. Mas, não é o caso. Nem de longe é o caso! O caso aqui é a *boquinha* dos conselhos, um dinheirinho extra oferecido aos amiguinhos do rei do Governador, mas pago, sim, pelo povo paranaense. Líder Marcel, pelo visto histórico vai ficar o Ministério Público, com toda a certeza, com a quantidade de ações que terá que mover contra gestores irresponsáveis no Estado. Este Deputado não usa da histeria, Deputado, este Deputado aqui usa das suas funções parlamentares, dentro das quais a mais importante é a fiscalização dos atos do Executivo, função que com certeza V.Ex.<sup>a</sup>, como foi eleito como Deputado, tem pleno conhecimento, porque sempre defendo aqui que uma das principais funções de um Deputado eleito pelo povo é fiscalizar o Executivo. Deputados que levam emendas para as cidades, todos fazem isso; mas, infelizmente, elefante branco aqui dentro desta Casa são Deputados que realmente fiscalizam o Executivo e essa função eu, como Deputado que fui eleito pelo povo, venho fazendo. Pode me chamar de histórico, disso e daquilo, mas não me calarei, não deixarei de fazer a minha função aqui, que é fiscalizar o Executivo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Dr. Batista. Delegado Jacovós. Declina. Declina? Deputado Homero Marchese.



Registro a presença na Casa dos alunos do curso técnico em Processo Fotográfico integrado ao ensino médio, do Instituto Federal do Paraná, acompanhados pelos professores Cícero José Albano e Pedro Pacheco e do técnico de fotografia Lorenzo. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Bom dia, Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados e população que nos assiste, em especial do colégio mencionado. Há alguns dias houve a divulgação de uma notícia de que as tarifas dos ônibus do transporte intermunicipal do Paraná serão reajustadas por determinação judicial, índices que variam de 22,38% no sistema rodoviário a 28,04% para o sistema metropolitano do interior. Os valores começaram a vigorar a partir da zero hora da última sexta-feira, dia 1.º de julho, e isso foi feito por decisão judicial, as empresas que prestam o serviço de transporte intermunicipal no Estado entraram com uma ação judicial, alegaram que o DER já tinha atestado que o custo para a prestação do serviço tinha subido, especialmente por conta do aumento do óleo *diesel*, e a Agepar não havia homologado o reajuste, aí a Justiça mandou aumentar a tarifa. Esse episódio, independentemente do acerto do valor do reajuste, nos faz pensar na situação dos contratos de transporte intermunicipal de ônibus no Estado, porque não temos hoje no Paraná uma fórmula de cálculo da tarifa do transporte intermunicipal, algo que há muito tempo se busca e a Agepar ainda não definiu e já oficiamos várias vezes a Agepar para, enfim, definir esse cálculo. E já aprovamos aqui nesta Assembleia uma lei de nossa autoria, a Lei n.º 20.253/2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação dos cálculos de reajuste, revisão e alteração tarifária pelas prestadoras de serviços públicos delegados do Paraná, entre elas as empresas de serviço de transporte intermunicipal. E oficiamos, depois de a lei entrar em vigor, as empresas e a Agepar para que passassem a aplicar a lei e tanto uma quanto as outras disseram: *Olha, não conseguimos aplicar ainda a lei porque não está definido o cálculo da tarifa.* É importante ter esse cálculo bem definido porque isso dá previsibilidade para o serviço e para as pessoas, isso traz racionalidade para o sistema, é justo com a população, é justo também com as empresas que prestam o serviço e ainda não está sendo implementado no Paraná. Esperamos que este episódio sirva como

alerta do que pode acontecer quando não temos uma situação bem definida. Um segundo assunto sobre o qual gostaria de falar tem a ver com o anúncio pela Sanepar para o próximo dia 8 de agosto de uma Audiência Pública para a universalização do saneamento na microrregião centro-litoral. A microrregião centro-litoral envolve 33 municípios em que o saneamento é operado pela Sanepar e a Sanepar está avisando por meio dessa Audiência Pública que vai fazer uma PPP em 16 municípios aqui da região do litoral do Paraná para um contrato de saneamento de cerca de 25 anos, 24 anos e 9 meses. Ou seja, a Sanepar está anunciando que vai quarterizar o saneamento nessa região. É engraçado porque muita gente defende a Sanepar como estatal, empresa que o Estado controla e agora a Sanepar vai quarterizar o saneamento, vai funcionar como um intermediador que vai cobrar um percentual sobre a tarifa cobrada e vai deixar com que outras empresas toquem o serviço. Também este episódio nos serve de alerta para evitar que muitas vezes a demagogia oriente as votações aqui dentro. Quando foram votadas as microrregiões de saneamento do Paraná, que na verdade são macrorregiões de saneamento do Paraná, dividiram o Estado em três macrorregiões com diversos municípios em cada uma delas, atribuindo na prática o direito de o Estado controlar o saneamento em todas essas macrorregiões ou microrregiões, alertamos que isso daria muito poder para a Sanepar e a Sanepar teria a possibilidade de fazer o que ela fizesse. Dito e feito, a Sanepar está anunciando que não vai prestar o serviço no litoral, vai quarterizar, vai contratar alguém para fazer isso no lugar dela – vai se colocar no meio, vai cobrar um percentual e a conta de água provavelmente não terá a queda que poderia ter caso cada um desses municípios fizesse a sua licitação para o serviço. Já reagimos em relação a isso também, entramos com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a lei que foi aprovada aqui dividindo o Estado em microrregiões. A lei está sendo analisada pelo Tribunal Pleno, desculpe, pelo órgão especial do Tribunal de Justiça e em breve deve sair uma decisão que deve, inclusive, ter impacto sobre essa decisão da quarterização. Um terceiro assunto que tenho a dizer tem a ver com o anúncio do Governo do Estado, que poderá recuar em proposta de novo pedágio. Li aqui em um jornal. Não entendi essa

notícia, porque não sei se o Governo está jogando de forma desleal com a população ou com o Governo Federal, porque esse pedágio feito em conjunto com o Governo Federal teve a participação do Estado desde o início ou pelo menos deveria ter tido. O pedágio como pensado para os próximos 30 anos, não para em pé sem as rodovias estaduais. O Governo está dizendo agora se vai avaliar se o projeto é bom, para que possa delegar as rodovias estaduais. Em todos os seis lotes dos próximos contratos tem rodovias estaduais, algumas delas grandes e bem importantes. Então, se o Estado não der a delegação, o contrato não para em pé. Talvez, o Estado esteja agindo assim porque a inflação subiu demais nos últimos anos e as tarifas de partida serão maiores do que aquelas que se esperava. O Estado de alguma forma quer dizer: *Opa, calma aí, população, não vai ser bem assim*. Mas acredito que o Estado deveria desde o início ter tido mais seriedade nesse trato. Deixou a questão ser comandada por outras pessoas. Deixou a esquerda capturar esse debate aqui no Estado do Paraná, por exemplo. Não agiu de forma correta. Agora, vem com essa história de que pode ser que não dê o ok. Então, se não der o ok, fale já para o Governo Federal. Fale para o Governo Federal, porque tem que começar todo o processo de novo, é mais um ano de elaboração, porque se você tira uma rodovia de cada um dos lotes da concessão, você desequilibra toda a equação do contrato.

**Deputado Arilson Chiorato (PT):** Permite-me um aparte, Deputado?

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Por favor.

**Deputado Arilson Chiorato (PT):** Deputado Homero, quero falar com Vossa Excelência de um tema importante.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Só peço que seja breve.

**Deputado Arilson Chiorato (PT):** Que o senhor relatou, que é a questão das tarifas intermunicipais de transporte coletivo. Aceito que o senhor está coberto de razão, por conta de a Agepar ter mais publicidade sobre isso. Estamos tendo muitas reclamações de linhas como de São Jorge do Ivaí, Ourizona, Mandaguaçu

a Maringá, Floresta a Maringá, por conta do aumento colocado e não ter justificativa e nenhum planejamento sobre isso. Existem muitas reclamações e o tema é válido. Parabéns, pela cobrança.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP):** Obrigado, Deputado. O Governo diz que acabou com o pedágio no Estado. Não é verdade. O Governo não acabou com o pedágio no Estado do Paraná. O contrato estava previsto para terminar em novembro do ano passado, há 24 anos, e, se houvesse prorrogação, ela deveria contar com a anuência do Governo Federal, porque as rodovias eram federais. Então, não é verdade que o Governo acabou com o pedágio. Espero que participe mais ativamente, empodere os agentes corretos no momento da confecção do novo modelo de pedágio do Estado, porque senão pode ser tarde demais depois. Senhor Presidente, o único pedido que fiz para o Governo do Estado, quando entrei no mandato foi: *Deixe-me participar desse trabalho*. Não consegui, infelizmente, participar desse trabalho. Infelizmente! Infelizmente! Desejo sorte para o Governo do Estado para que o contrato seja o melhor possível e que o Governo Federal, que está praticamente tocando esse assunto sozinho, possa fazer o melhor trabalho possível para os paranaenses. Acho que o contrato proposto é muito melhor do que tivemos, mas havia alguns pontos que poderiam ser resolvidos realmente. Espero que isso aconteça. Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pela Liderança do Governo, Deputado Marcel. Declina. Deputado Requião, pela Liderança da Oposição.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT):** Senhor Presidente, demais Deputados, o que me traz hoje, aqui, é algo que assusta muita gente na política. Os senhores sabem de que na política estamos acostumados a ver traições, a ver ingratidão e a ver hipocrisia. Esse atual Governo, Presidente Traiano, a meu ver, é um Governo hipócrita. Por que hipócrita? Ontem, da tribuna da Liderança, do lado de lá do Plenário, vi o Líder tecer críticas a Governos passados, às últimas décadas. Daí me pergunto, que hipocrisia, por que tanta hipocrisia? Tiramos do papel e da

gaveta obras que não aconteciam. Quem era o Secretário do Desenvolvimento Urbano do último Governo, responsável por promover obras, por trazer o desenvolvimento urbano às cidades? Era o Ratinho Junior. Quem foi Presidente da MP, responsável por pedir junto ao Governo obras para os municípios? O Líder do Governo. Então, fico assustado com isso, porque agora o discurso muda. Agora, o Governo passado, do qual a maioria da base era do Governo, era do partido do Governador, o Governo foi muito ruim, Deputado Jacovós. O Partido inteiro do Governador e o Governador faziam parte da Base, mas foi um Partido ruim, foi um Governo ruim, não fez obras, não fez isso, não fez aquilo. O Governador vai para a televisão, Deputada Mabel, e acusa de corrupção o Governo do qual ele fez parte. Ele fazia parte daquele Governo, pelo Governo inteiro, naquela época era bom. Quando ele podia ter as portas abertas do Governo Beto Richa, o Beto Richa era o melhor Governador do mundo. Agora, ele agride o Governador Beto Richa. Vai para a televisão, Deputado Marcel, e fala que política de pai para filho não deve acontecer, tentando agredir algumas pessoas que têm orgulho da sua trajetória política, que têm orgulho da história política de seus pais. Posso citar, aqui, o Deputado Marcel, filho do Micheletto, que foi um grande Deputado; a Deputada Mabel, filha do Joselito, que foi um belo Deputado; posso citar a Maria Victória, com o seu pai e a sua mãe; posso citar o Alexandre Curi, com o seu avô; e me incluo, mas tem uma diferença, todos que citei, aqui, Deputado Guerra, têm orgulho da história política de seus pais e de sua família e não a esconde. Já o Governador esconde que seu pai foi Vereador, foi Deputado Federal e foi uma porcaria de Deputado. É um baita de um comunicador, um dos melhores do Brasil, não tenho dúvida sobre isso, mas foi uma porcaria de político. Daí, o Ratinho Junior chega e fala: *Não venho de família política*. Por que esconder tanto o Ratão, Juninho? Conta! Ele foi Vereador de Jandaia; ele foi Deputado Estadual; foi Deputado Federal. Por que esconder? Hipocrisia! É um Governo baseado na hipocrisia. Um Governo que se utiliza da alicantina. É um Governo ardil, embusteiro. É um Governo embaidor, não trabalha com a realidade, se esconde. *Não trabalho com ideologia. Trabalho com metodologia* – diz Juninho. Juninho, estuda, rapaz. Toda metodologia é baseada em uma ideologia. Toda

decisão que você toma na sua vida vem do ideal, que você escolheu seguir. Para de falar bobagem na propaganda, menino. Deixa de ser hipócrita. Trago aqui um grande, um grande exemplo de hipocrisia do atual Governo. O Deputado Homero acabou de falar do pedágio. O pedágio que acabou por força de contrato, Deputado Arilson. Acabou porque tinha que acabar, porque o contrato foi vencido e leis estaduais e federais não permitiam a renovação da concessão. Ele construiu com o Governo Bolsonaro um pedágio, que será mais caro amanhã, do que foi ontem, com 15 novas praças, somente no lote um. Tem o lote dois e o lote três. Agora, em época eleitoral, apanhando novamente por causa desse embusteiro que ele andou fazendo, agora, vai dizer que talvez não assine o pedágio. Pior, vai ao *Twitter: Vamos abaixar o ICMS da energia e da comunicação*. Como se fosse uma decisão do Governador Ratinho Junior. O STF já tomou decisão por sua maioria, que energia elétrica e comunicação, o ICMS deve ser baixado a 17%, no Brasil inteiro. Essa não é uma decisão do Juninho. Essa é uma imposição legal do Supremo Tribunal Federal. Nas propagandas os nossos policiais vão muito bem, obrigado. Na realidade, estão doentes trabalhando 80 horas por semana. *Vamos trazer mais 2.400 policiais* – diz a hipocrisia. Se tudo der certo, daqui a um ano, o primeiro desses policiais põe o pé nas ruas. Construímos novas penitenciárias. Mentira. Pegaram cadeiões e transferiram para o Depen, não construíram nada. Hipócritas, mentirosos e ingratos, quando agredem os Governos dos quais fizeram parte, dos quais participaram ativamente, nos quais se calaram e se aproveitaram, *cospem no prato que comeram*. Mas também Juninho e sua família já apoiaram de Lula a Bolsonaro, sem nenhuma ideologia realmente, pensando apenas no bem da *Rede Massa* e nos interesses do seu grupo. Hipócritas, ardilosos, canalhas, assim tocam o Governo com matérias falsas na televisão. Mas chega ao fim, encerrou-se esta semana o Governo Ratinho Junior. Por quê? Porque acabaram as propagandas na televisão. Não dá mais para inaugurar obra dos outros, não dá mais para dizer que fizeram obras das quais não tiveram participação, não dá mais para distribuir emendas, não dá mais para assinar convênios que não foram pagos, não dá mais para iludir e pressionar Prefeitos e Deputados, não dá mais para mentir para o povo do Paraná. Os professores sabem da verdade, os

policiais civis sabem da verdade, os policiais militares sabem da verdade, o pessoal da saúde sabe da verdade. E os paranaenses, que pagam conta de água e luz, que sobem todo mês praticamente acima da inflação, sabem da verdade. Os caminhoneiros, que rodam as nossas estradas, sabem da verdade. Um Governo de *fake news*, um Governo de promessas, um Governo sem coragem, um Governo ardiloso, um Governo que tem o seu fim assim que acabaram as inserções na televisão. E deixem o Juninho falar, deixem o Juninho brincar, deixem o Juninho usar números, porque o papel tudo aceita, quem não aceita as mentiras são o povo do Paraná, os nossos empresários, os nossos agricultores. E agora, que não aceita mais as mentiras, serão as urnas do Paraná. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Registro a presença na Casa da Vereadora Mirim, Maria Julia Escher Skowronski, eleita Vereadora Mirim pelo Colégio Católico de Curitiba, eleição realizada em outubro de 2021, diplomada pelo TRE em março de 2022, por solicitação da Deputada Luciana Rafagnin. Passamos à Ordem do Dia.

### **ORDEM DO DIA.**

**[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares:** *Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Maria Victória (PP), Mauro Moraes*

(UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Fruet (PROS), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) **(43 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa:** Artagão Junior (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Douglas Fabrício (CDN), Goura (PDT), Luiz Carlos Martins (PP), Marcio Pacheco (REP), Plauto Miró (UNIÃO), Ricardo Arruda (PL), Soldado Adriano José (PP), e Tadeu Veneri (PT) **(10 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa:** Luiz Claudio Romanelli (PSD), conforme art. 98 do Regimento Interno **(1 Parlamentar).]**

### **Projeto que necessita de Apoioamento.**

**Projeto de Lei:** (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o nº 312/2022, do Deputado Cobra Repórter, que institui a “Semana da Luz”, para conscientização sobre o uso eficiente da energia elétrica. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiado.**

### **Passamos aos Itens da pauta.**

Temos duas redações finais. Faremos votação simbólica.

**ITEM 1** – Redação Final do Projeto de Lei n.º 452/2021, de autoria do Deputado Elio Rusch (anexo o Projeto n.º 154/2022, dos Deputados Tercílio Turini e Luiz Claudio Romanelli, e o Projeto n.º 184/2022, do Deputado Plauto Miró) que dispõe sobre a Campanha Estadual de Prevenção e Combate ao Furto e Roubo de cabos, fios metálicos, geradores, baterias, transformadores e placas metálicas e dá outras providências.

**ITEM 2** – Redação Final do Projeto de Lei n.º 279/2022, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná a manifestação cultural e religiosa da Festa do Divino Espírito Santo de Guaratuba.



Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Aprovados.**

**ITEM 3** – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 370/2021, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que institui o Dia Estadual da Cerveja Artesanal, a ser celebrado anualmente na primeira sexta-feira do mês de agosto. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição encaminha voto “*sim*”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Estamos com quórum bem baixo, precisamos que os Sr.<sup>s</sup> Deputados votem, por favor, ao tempo em que registramos o aniversário do Deputado Nereu Moura no dia de hoje. Parabéns e felicidades, Deputado Nereu. Deputado Delegado Jacovós, seu voto. Deputado Gilson de Souza, seu voto. Nelson Justus, Nereu Moura, Tercílio Turini.

**DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD):** Senhor Presidente, estou com um probleminha aqui no computador, meu voto é “*sim*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ok, devidamente registrado. Deputado Nereu, seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet e Tiago Amaral (32 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar*

*Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Goura, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (22 Deputados).]* Com 32 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 370/2021.**

Os Itens 4 a 12 faremos votação agrupada, em função de serem matérias correlatas e já de conhecimento a pauta de todos os Sr.<sup>s</sup> Deputados.

**ITEM 4** – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 52/2022, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade Protetora dos Animais – SOS Animal, com sede no município de Reserva. Parecer favorável da CCJ.

**ITEM 5** – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 110/2022, de autoria do Deputado Plauto Miró, que altera a Lei n.º 12.227, de 17 de julho de 1998, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Centro Pontagrossense de Reabilitação Auditiva e da Fala Geny de Jesus de Ribas, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer favorável da CCJ.

**ITEM 6** – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 121/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede Título de Utilidade Pública à Associação Pela Paz Anibal Andraus, com sede no município de Wenceslau Braz. Parecer favorável da CCJ.

**ITEM 7** – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 175/2022, de autoria do Deputado Goura, que concede o Título de Utilidade Pública à Federação Desportiva de Surdos do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

**ITEM 8** – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 202/2022, de autoria do Deputado Artagão Junior, que concede Título de Utilidade Pública à Irmandade dos

Cossacos de Prudentópolis, com sede no município de Prudentópolis. Parecer favorável da CCJ.

**ITEM 9** – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 214/2022, de autoria do Deputado Tiago Amaral, que concede Título de Utilidade Pública ao Centro de Integração Cristo Te Ama - CRCA. Parecer favorável da CCJ.

**ITEM 10** – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 215/2022, de autoria do Deputado Nereu Moura, que concede Título de Utilidade Pública à Grandes Amigos do Meio Ambiente de Guaraniaçu, com sede no município de Guaraniaçu. Parecer favorável da CCJ.

**ITEM 11** – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 246/2022, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que concede Título de Utilidade Pública à Associação Cultural e Recreativa Illuminare, com sede no município de Rolândia. Parecer favorável da CCJ.

**ITEM 12** – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 259/2022, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que concede Título de Utilidade Pública à Associação Rosivaldo Policial, com sede no município de Alto Paraná. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “*sim*”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

**DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD):** Deputado Traiano, por favor, está com probleminha, registre o meu voto “*sim*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ok, Deputado Tercílio. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre**

*Curi, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho e Tiago Amaral (31 Deputados);*  
**Não Votaram:** *Ademar Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Goura, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (23 Deputados).]* Com 31 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos. Trinta e dois votos, com o voto do Deputado Tercílio Turini. Estão aprovados os Itens 4 a 12.**

**ITEM 13** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 578/2021, de autoria da Deputada Maria Victória, que institui o Dia Estadual do Museu. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo também pede voto “*sim*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Votando. Como votam os Deputados Galo, Marcio Nunes e Paulo Litro? Deputado Paulo Litro, o seu voto. Deputado Tião Medeiros, o seu voto.

**DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP):** Presidente, não estou conseguindo aqui a identificação biométrica, mas o meu é “*sim*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ok. Devidamente registrado. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (34 Deputados); **Não votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Goura, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 578/2021. Trinta e cinco votos, com o voto do Deputado Tião Medeiros. Está aprovado o Projeto.**

**ITEM 14 – 1.ª** Discussão do Projeto de Lei n.º 87/2022, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Claudio José Gama de Almeida. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

**DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT):** *Pela ordem*, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** *Pela ordem*, Deputada Luciana Rafagnin.

**DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT):** Só para reforçar, V.Ex.<sup>a</sup> já registrou a presença aqui na Casa da Vereadora Mirim, a Maria Julia, que foi eleita pelo Colégio Católico de Curitiba. E é importante quando vemos que aconteceu uma eleição, ela foi eleita, o TER a diplomou no mês de março, e ressalto a importância porque é assim que sonhamos e que vemos a mulher participando mais da política. Então, começando cedo, não é, Deputada Mabel? É muito importante para vermos que foi eleita, na eleição foi escolhida uma mulher, a Vereadora foi eleita. E é importante que ela esteja aqui também acompanhando a Sessão nesta Casa, como funciona o Poder Legislativo Estadual, quando ela está responsável pelo Poder Legislativo Municipal Mirim. Então, agradecer a presença aqui da nossa Vereadora Mirim Maria Julia.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputada Luciana, já havíamos feito o registro em seu nome da presença da nossa Vereadora Mirim. Votação encerrada, Sr.<sup>s</sup> Deputados: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Goura, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Paulo Litro, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tadeu Veneri (18 Deputados).]* Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 87/2022.**

**ITEM 15** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 206/2022, autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 791/2022, que altera e acresce dispositivos à Lei n.º 12.216, de 15 de junho de 1998, que cria o Fundo de reequipamento do Poder Judiciário –

Funrejus, e acresce dispositivos à Lei n.º 17.838, de 19 de dezembro de 2013, que cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – Funseg. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT):** Presidente, só uma dúvida. O Funseg que estamos criando aqui nessa lei, um fundo para os nossos queridos magistrados contratem segurança privados, além de quase meio batalhão que eles têm aqui do lado atendendo a eles? Só para entendermos isso. Estamos dando para os nossos queridos magistrados agora mais uma bolsa segurança privada é isso?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado, pelo o que entendo da mensagem encaminhada pelo Tribunal de Justiça, esse fundo já foi criado em 2013, apenas estão fazendo uma alteração. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTI (PL):** A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota contrário, voto “*não*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Votando. Por favor, ainda pendentes os votos dos Deputados Michele, Evandro Araújo e Alexandre Curi. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletti, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Rodrigo Estacho, Tiago Amaral e Tião Medeiros (31 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tercílio Turini (7 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Goura, Luiz Carlos Martins, Luiz

*Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tadeu Veneri (16 Deputados).]* Com 31 votos favoráveis e 7 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 206/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

## **REQUERIMENTOS.**

**Requerimento n.º 2211/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Renato Feder, conforme especifica. Como encaminha o Líder?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Encaminhar como expediente, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Encaminha-se como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

**Requerimento n.º 2256/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, solicitando informações ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Renato Feder, conforme especifica.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Para discutir, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adia-se na forma regimental.**

**Requerimento n.º 2253/2022**, do Deputado Nelson Justus, solicitando a anexação do Projeto de Lei n.º 260/2022 ao Projeto de Lei n.º 405/2021; e **Requerimento n.º 2252/2022**, do Deputado Nelson Justus, solicitando a anexação do Projeto de Lei n.º 631/2020 ao Projeto de Lei n.º 623/2020. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados os**



**Requerimentos.** (Requerimentos encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.)

**Requerimento n.º 2251/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando a dispensa de votação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 370/2021, da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

**Requerimento n.º 2255/2022**, do Deputado Ademar Traiano, solicitando a dispensa de votação da Redação Final para os Projetos de Lei n.ºs 52, 110, 121, 175, 202, 214, 251, 246 e 259/2022, da Ordem do Dia da Sessão Ordinária. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

**Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.**

**Requerimentos n.ºs 2257 e 2259/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando registro e envio de menção honrosa, votos de louvor e congratulações: ao Dr. Andrei de Oliveira Rech; e ao Dr. José Carlos Machado de Oliveira; **Requerimento n.º 2260/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando registro e envio de menção honrosa, votos de louvor e congratulações à equipe responsável por grande apreensão de drogas no Estado; **Requerimento n.º 2261/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Fazenda, em caráter de urgência, requerendo providências para que não haja prejuízos às empresas paranaenses em virtude do desenquadramento no Sistema de Arrecadação Tributário do Simples Nacional; **Requerimento n.º 2262/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, requerendo que a Polícia Rodoviária fortaleça a fiscalização frequente de ambulâncias no que se refere à exigência do certificado do curso de Condutor de Veículo de Emergência quando o tráfego ocorrer em vias de sua jurisdição; **Requerimento n.º 2263/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o registro

e envio de moção de apoio ao Congresso Nacional pelo Projeto de Lei n.º 1559/2021, que dispõe sobre o piso salarial do profissional farmacêutico; **Requerimento n.º 2264/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Infraestrutura e Logística do Paraná, Sr. Fernando Furiatti, conforme especifica; **Requerimento n.º 2265/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Wagner Mesquita de Oliveira, conforme especifica; **Requerimento n.º 2266/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o registro e envio de votos de congratulações com menção honrosa aos Sr.<sup>s</sup> Antonio Pereira Leal, José Neilor Zampier e Claudir Antônio Pertile, sócios-administradores da empresa Frioel Distribuidora de Alimentos, pelo transcurso do aniversário de 40 anos de fundação no ano de 2022.

#### **Requerimentos com despacho do Presidente.**

**À Diretoria Legislativa para providências:** **Requerimento n.º 2254/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 653/2019.

#### **Justificativa de ausência.**

**Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno** (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 2258/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de julho de 2022.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB):** Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando um **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 11 de julho de 2021, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 375/2021 e 492/2021; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 578/2021, 608/2021, 87/2022 e 206/2022 e do Projeto de Decreto Legislativo n.º 5/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 385/2019 e 367/2021.

**“LEVANTA-SE A SESSÃO.”**

(Sessão encerrada às 10h01, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)